

27/março/2019

À: Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN

At.: Acionistas, Conselheiros e Administradores

Ref.: Relatório do Auditor Independente nº REL/2019

Prezados Senhores,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.S.^{as} o Relatório do Auditor Independente acompanhado das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 da **Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN**.

Atenciosamente,

Ana Cristina Linhares Areosa
Sócia de auditoria



Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN

Relatório do Auditor Independente acompanhado
das Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2018

Índice

	Página
Relatório do Auditor independente	3
Demonstrações Contábeis	7
Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018	13

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 5º andar
Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil
T +55 21 3259.9234
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN
Camaçari - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram por nós examinadas e o relatório datado de 19 de março de 2018, continha ênfase sobre investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação “*Greenfield*”, e que envolviam a Controladora, acionistas da Controladora e partes relacionadas da Companhia. Em 13 de março de 2019, conforme Nota Explicativa nº. 20 as medidas cautelares que tinham sido impostas foram revogadas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2019.

Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3 "S" - BA

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 "S" - BA

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLNBALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	20.664	13.016
Contas a receber	4	3.158	2.147
Tributo a recuperar	5.a	506	852
Estoques		434	122
Despesas antecipadas		551	313
Partes relacionadas	6	2	2
Outros ativos circulantes		6	2
Total do ativo circulante		<u>25.321</u>	<u>16.454</u>
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais	11	2.235	1.055
Outros ativos não circulantes		1.304	1.304
Imobilizado	7	2.478	1.375
Intangível	8	108.545	109.398
Total do ativo não circulante		<u>114.562</u>	<u>113.132</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>139.883</u></u>	<u><u>129.586</u></u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores		4.985	2.410
Empréstimos e financiamentos	9	4.707	4.541
Tributos a recolher	5.c	1.440	1.297
Obrigações com empregados e administradores	10	2.143	1.983
Partes relacionadas	6	2.393	424
Juros sobre capital próprio e dividendos	6/13.c	7.066	5.722
Total do passivo circulante		<u>22.734</u>	<u>16.377</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	9	21.226	25.626
Dívida bruta		23.548	27.809
Aplicação vinculada		(2.322)	(2.183)
Tributos a recolher	5.c	125	1.271
Impostos diferidos	5.b	1.080	2.545
Provisões para riscos processuais	11	988	1.101
Outros passivos não circulantes	12	1.264	224
Total do passivo não circulante		<u>24.683</u>	<u>30.767</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	13. a	32.478	32.171
Reservas de lucros	13.d/e	33.495	33.101
Dividendos adicionais propostos	13.c	9.323	-
Subtotal		<u>75.296</u>	<u>65.272</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital	13.b	17.170	17.170
Total do patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital		<u>92.466</u>	<u>82.442</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>139.883</u></u>	<u><u>129.586</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita operacional líquida	14	56.104	51.783
Receita de construção	14	-	1.576
Custo dos serviços prestados	14	(25.771)	(23.199)
Custo de construção	14	-	(1.561)
LUCRO BRUTO		<u>30.333</u>	<u>28.599</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	14	(15.745)	(12.582)
Outras receitas	14	840	-
LUCRO ANTES DOS ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS		<u>15.428</u>	<u>16.017</u>
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Receitas financeiras	15	1.507	1.066
Despesas financeiras	15	(1.563)	(1.523)
Total		<u>(56)</u>	<u>(457)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		15.372	15.560
Imposto de renda e contribuição social		(1.348)	(1.462)
Correntes	5.d	(2.813)	(1.909)
Diferidos	5.d	1.465	447
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>14.024</u>	<u>14.098</u>
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações (em Reais - R\$)	16	<u>0,447</u>	<u>0,449</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLNDEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>14.024</u>	<u>14.098</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u><u>14.024</u></u>	<u><u>14.098</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social subscrito	Reserva de capital	Reservas de lucros			Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Subtotal	Adiantamentos para futuro aumento de capital	Total
				Legal	Especial	Incentivos fiscais					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		31.394	777	1.667	16.665	4.532	-	-	55.035	17.170	72.205
Incentivo fiscal		-	-	-	-	139	-	-	139	-	139
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	14.098	14.098	-	14.098
Reserva de incentivos fiscais	13.d	-	-	-	-	2.767	-	(2.767)	-	-	-
Reserva legal	13.c	-	-	705	-	-	-	(705)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	13.e	-	-	-	-	-	-	(4.000)	(4.000)	-	(4.000)
Reserva especial	13.c	-	-	-	6.626	-	-	(6.626)	-	-	-
Capitalização de Reservas	13.a	777	(777)	-	179	(179)	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		32.171	-	2.372	23.470	7.259	-	-	65.272	17.170	82.442
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	14.024	14.024	-	14.024
Reserva de incentivos fiscais	13.d	-	-	-	-	2.840	-	(2.840)	-	-	-
Capitalização de reserva de incentivos fiscais	13.d	307	-	-	-	(307)	-	-	-	-	-
Reserva legal	13.c	-	-	701	-	-	-	(701)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	13.e	-	-	-	-	-	-	(4.000)	(4.000)	-	(4.000)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	6.483	(6.483)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		32.478	-	3.073	23.470	9.792	6.483	-	75.296	17.170	92.466

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receitas		62.248	61.102
Receita de serviços	14	61.398	56.757
Receita de construção	14	-	1.576
Outras receitas		850	2.769
Insumos adquiridos de terceiros		(23.519)	(17.890)
Custos dos serviços prestados		(411)	(98)
Custo de construção	14	-	(1.561)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(22.160)	(16.019)
Outros custos		(948)	(212)
Valor adicionado bruto		38.729	43.212
Retenções		(4.147)	(4.102)
Depreciação e amortização	14	(4.147)	(4.102)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		34.582	39.110
Valor adicionado recebido em transferência		1.507	1.066
Receitas financeiras	15	1.507	1.066
Valor adicionado total a distribuir		36.089	40.176
Distribuição do valor adicionado		36.089	40.176
Pessoal e encargos		11.388	13.290
Remuneração direta		8.282	9.279
Benefícios		2.143	2.482
FGTS		871	1.356
Outros		92	173
Impostos, taxas e contribuições		9.059	11.186
Federais		5.551	8.321
Estaduais		528	36
Municipais		2.980	2.829
Remuneração capital de terceiros		1.618	1.602
Juros	9	1.224	1.271
Aluguéis		55	80
Outras		339	251
Remuneração de capital próprio		14.024	14.098
Lucro retidos		9.323	-
Constituição de reserva		701	10.098
Juros sobre capital próprio		4.000	4.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		15.372	15.560
Ajustes:			
Depreciação e amortização	7 e 8	4.147	4.102
Resultado na alienação de imobilizado e intangível	7 e 8	10	11
Margem de construção		-	15
Variações monetárias e encargos, líquidos		1.090	1.144
Provisão para riscos processuais		(113)	360
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	4	(1.011)	(345)
Tributos a recuperar	5a	6	14
Estoques		(312)	(76)
Depósitos judiciais		(1.180)	(11)
Despesas antecipadas		(238)	(66)
Outros ativos		(4)	(496)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		1.785	(632)
Obrigações com empregados e administradores		160	(496)
Tributos a recolher		(1.003)	(120)
Partes relacionadas		1.969	238
Outras obrigações e contas a pagar		1.040	(34)
Caixa líquido gerado na operação		<u>21.718</u>	<u>19.168</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.473)	(1.329)
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais		<u>19.245</u>	<u>17.839</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	7	(1.391)	(331)
Aquisição de intangível	8	(2.230)	(1.949)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(3.621)</u>	<u>(2.280)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	9	(4.142)	(6.770)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	9	(1.178)	(1.565)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(2.656)	(1.354)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		<u>(7.976)</u>	<u>(9.689)</u>
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>7.648</u>	<u>5.870</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		13.016	7.146
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		<u>20.664</u>	<u>13.016</u>
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>7.648</u>	<u>5.870</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

a) Informações sobre a Companhia

A Concessionária Litoral Norte S.A. (“CLN” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 3 de fevereiro de 2000, com sede na Rodovia 099 BA - Estrada do Coco, Praça do Pedágio, Camaçari - BA.

A Companhia tem como objeto social operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão da via denominada BA-099, sistema rodoviário Estrada do Coco - Linha Verde, de acordo com o Contrato de Concessão outorgado pelo Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia - DERBA em 21 de fevereiro de 2000.

A CLN é controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR (“INVEPAR”), que detém 91,49% do capital da Companhia, Odebrecht Transport S.A. detém 8,50% e a Oi S.A. detém 0,01%.

Em 27 de abril de 2005, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, foi assinado o 1º Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público nº 002/00, firmado entre a Companhia e a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia - AGERBA (agência reguladora). Também ficou determinada a prorrogação do prazo do Contrato de Concessão por mais dez anos, passando a ter seu término em 20 de março de 2035.

Nesse mesmo Termo Aditivo foram determinados novos prazos para conclusão das obras, previstas no Contrato de Concessão. Em virtude da abertura de “rotas de fuga” por iniciativa da Prefeitura Municipal de Camaçari, a Companhia vinha enfrentando uma considerável queda em suas receitas operacionais, o que levou à suspensão das obras.

Em 14 de maio de 2015, foi assinado o 2º Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público nº 002/00, firmado entre a AGERBA e a CLN, nas seguintes premissas: autorização para exploração de receitas acessórias, criação de Taxa de Fiscalização para a AGERBA, alteração do indexador de reajuste de tarifa para IPCA e ampliação do prazo de concessão em 15 anos. Assim, o item 1, da Cláusula XI, do Contrato de Concessão passa a ter a seguinte redação: (“Cláusula XI – Do Prazo da Concessão. O prazo de concessão é de 50 anos, contado da data de transferência do controle da Rodovia Principal do SISTEMA e acessos rodoviários para a CONCESSIONÁRIA”). Sendo assim o término do Contrato de Concessão passou para 20 de março de 2050.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução tenham sido devidamente autorizadas pelo Poder Concedente, além de encargos e ônus decorrentes de multas por quebra de contrato com fornecedores e indenização por remuneração do capital pelo rompimento antecipado calculada com base na margem da receita prevista para o restante da concessão.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

O encerramento das Demonstrações contábeis foi autorizado pela administração da Companhia em 27 de março de 2019.

2.1. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na Nota 2.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo: Caixa e equivalente de caixa, Aplicação financeira e Instrumentos financeiros.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios da Companhia.

2.2. Reconhecimento de receitas

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão

gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável:

a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

A Companhia é alcançada pela ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), e está sendo registrada receita de construção. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

A margem de construção é calculada, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras, conforme determinado pelo OCPC 05 - Contratos de Concessão.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados à mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

2.4. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de realização.

2.5. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Também fazem parte do Imobilizado, equipamentos e peças de aplicação nas obras de ampliação estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de realização. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.6. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de *software*, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão, classificados como ativo intangível.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Também fazem parte do intangível, equipamentos e peças de reposição estocadas no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.7. Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é reconhecida uma perda para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.9. Tributação

Impostos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

<u>Nome do tributo</u>	<u>Sigla</u>	<u>Alíquota</u>		
		<u>Receitas de pedágio</u>	<u>Receitas acessórias</u>	<u>Receitas financeiras</u>
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	-	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	-	7,60%	4,00%
Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza	ISS	2,00 a 5,00%	2,00 a 5,00%	-

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de Renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição Social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisados anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, estas são revisadas em períodos menores pelas controladas. As premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e consequentemente a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.10. Benefícios aos empregados

A Companhia possui planos de benefícios a empregados, incluindo assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

A Companhia não concede plano de benefício pós-empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas a medida que o serviço relacionado seja prestado.

2.11. Resultado por ação

O resultado por ação é calculado com base no CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33). O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

2.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos

são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.13. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da controladora e consolidado da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Principais fontes de incertezas nas estimativas

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento, que tem como base as projeções até o término do prazo de concessão, e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Participação nos lucros e resultado (“PLR”)

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados.

2.14. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.15. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

– Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

– Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

– Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

2.16. Informações por segmento

A Companhia possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

2.17. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.18. Contratos de concessão

A contabilização do contrato de concessão é conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as

concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo dos respectivos contratos de concessão.

2.19. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas.

Novos procedimentos contábeis e melhorias emitidos pelo IASB:

O *International Accounting Standards Board* (IASB) publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes:

- IFRS 16/CPC 06(R2) – Leasing: Estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 substitui a IAS 17 – Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações, no Brasil essas alterações foram tratadas como revisão do CPC 06;
- ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro – Essa interpretação explica como reconhecer e mensurar ativos e passivos sobre lucros correntes e diferidos, no caso em que há incerteza sobre o tratamento de um imposto onde as posições fiscais ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias;
- Aprimoramentos do ciclo 2015 a 2017 – IFRS 3 (CPC 15 – Combinação de negócios – R1), IFRS 11 (CPC 19 – Negócios em conjunto - R2), IAS 12 (CPC 32 – Tributos sobre o lucro) e IAS 23 (CPC 20 – Custos dos empréstimos - R1).

A Companhia está avaliando os reflexos destas normas e, no entanto, não espera impacto relevante sobre as demonstrações contábeis.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	1.600	1.989
Certificados de Depósito bancário – CDB (a)	15.832	8.850
Fundo BB Fortuna (b)	2.912	-
Fundo MOVER (c)		
Aplicações financeiras – CDB	35	-
Letras Financeiros do Tesouro	263	1.762
Títulos Públicos Federais	22	415
Total caixa e equivalentes de caixa	<u>20.664</u>	<u>13.016</u>

(a) As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 31 de dezembro de 2018 a taxa média de rentabilidade destas aplicações era de 99,05% do CDI (99,05% em 31 de dezembro de 2017).

(b) Fundo de Investimento em cotas (FIC) BB FORTUNA FIC FI RENDA FIXA LONGO PRAZO - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, sem risco de mudança significativa de valor. A abertura do fundo ocorreu em 25 de Junho de 2018. Destina-se, exclusivamente, a acolher recursos da INVEPAR e investidores, que pertençam a um mesmo grupo econômico, todos investidores profissionais, conforme definido pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. O Fundo aplicará seus recursos em FIs que mantenham uma carteira de ativos financeiros com prazo médio superior a 365 dias, composta exclusivamente por títulos públicos federais pós-fixados e/ou prefixados, desde que indexados e/ou sintetizados para CDI/Selic e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. A administração do fundo é de responsabilidade da BB GESTÃO DE RECURSOS - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. O responsável pelos serviços de Registro escritural de cotas, tesouraria, controladoria e custódia dos ativos financeiros integrantes da carteira do FUNDO é o BANCO DO BRASIL S.A. Apesar de o vencimento ser de longo prazo as quotas do fundo tem liquidez diária e podem ser resgatadas a qualquer momento. A rentabilidade do fundo é equivalente a 98,81% do CDI.

(c) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, sem risco de mudança significativa de valor. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, e também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do Fundo são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Em 31 de Dezembro de 2018, eram partes integrantes deste fundo a INVEPAR, LAMSA, METRORIO, CART, METROBARRA, CLN e VIA040. Apesar de o vencimento ser de longo prazo as quotas do fundo podem ser resgatadas a qualquer momento. A rentabilidade do fundo é equivalente a 99% do CDI (98,87% do CDI em 31 de dezembro de 2017).

4. CONTAS A RECEBER

	31/12/2018	31/12/2017
AVI (*)	2.687	1.965
Outros	465	160
Vale Pedágio	6	22
	<u>3.158</u>	<u>2.147</u>

(*) Referente à utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas.

Através da adesão aos meios de pagamentos supracitados, o usuário tem passagem expressa na praça de pedágio, sendo o valor da tarifa, automaticamente, debitado a partir de um sistema eletrônico. O prazo médio de recebimento é de 20 dias.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Total	Saldo a vencer e sem perda por redução de valor recuperável	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 365 dias
31 de dezembro de 2018	3.158	3.014	-	-	144	-
31 de dezembro de 2017	2.147	2.025	16	-	18	88

5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Tributos a recuperar

	31/12/2018	31/12/2017
Antecipação do IRPJ e CSLL	466	806
IRRF - Aplicação Financeira	37	35
Saldo negativo de IRPJ	3	11
	<u>506</u>	<u>852</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Natureza	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo fiscal	15	25
Base negativa da contribuição social	6	9
Participação nos lucros e resultado (PLR)	341	246
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	319	-
Provisão para riscos processuais	336	375
PIS e COFINS - exigibilidade suspensa	-	238
Provisões não dedutíveis	1.366	152
Margem de construção (*)	(262)	(270)
Amortização do intangível (*)	(3.134)	(3.234)
Custo de emissão de dívidas - Taxa Efetiva (*)	(57)	(76)
Outros	(10)	(10)
Total	<u>(1.080)</u>	<u>(2.545)</u>
Imposto diferido - Ativo	2.382	1.045
Imposto diferido - Passivo	(3.462)	(3.590)

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados durante a vigência do Regime Tributário Transitório - RTT, até 31/12/2014, constituídos sobre margem de construção, amortização do intangível e custo de captação são amortizados em quotas fixas mensais no valor de R\$ 9, pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme inciso IV art. 69 da Lei 12.973/14.

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que

estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados:

	<u>31/12/2018</u>
2021	2
2022	221
2023	508
2024 a 2026	<u>1.651</u>
Total dos ativos fiscais diferidos	2.382
Total dos passivos fiscais diferidos	<u>(3.462)</u>
Total dos impostos diferidos	<u><u>(1.080)</u></u>

c) Tributos a recolher

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
PIS e COFINS	376	210
ISS	388	384
IRRF e CSRF	654	640
INSS sobre terceiros	22	63
Circulante	<u>1.440</u>	<u>1.297</u>
Reinvestimento do IRPJ ¹	125	572
PIS e COFINS ²	-	<u>699</u>
Não circulante	<u>125</u>	<u>1.271</u>

¹ Incentivo fiscal para empreendimentos em operação na área de atuação da SUDENE, com o reinvestimento de 30% do Imposto devido, em projetos de modernização ou complementação de equipamento.

² A Companhia obteve decisão favorável no pleito do processo 0002664-52.2008.4.01.3300 permitindo a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e COFINS. Dessa forma, o valor provisionado em 2017 foi revertido.

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	15.372	15.560
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(5.226)	(5.290)
Adições permanentes	(192)	(225)
Subvenções do lucro da exploração (*)	2.840	2.767
Juros sobre capital próprio – JSCP	1.360	1.360
Outras adições ou exclusões	(130)	(74)
	<u>(1.348)</u>	<u>(1.462)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.813)	(1.909)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.465	447
Total dos impostos no resultado	<u>(1.348)</u>	<u>(1.462)</u>

(*) Redução de 75% do IRPJ calculada sobre o lucro da exploração de toda a capacidade instalada pelo prazo de 10 anos, a contar a partir de 01/01/2014. Tal benefício é concedido pelo Governo Federal a empresas de setores considerados prioritários na área da SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

6. PARTES RELACIONADAS

As operações entre partes relacionadas da Companhia, sejam elas acionistas, empresas ligadas ou profissionais-chaves da Administração são efetuadas a condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da Administração.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da Administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição:

Parte relacionada	Transação	Relação	31 de dezembro de 2018			
			Ativo Circulante	Passivo Circulante	Patrimônio Líquido	Resultado
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (*)	Controladora	-	2.393	-	(7.213)
CART	Compartilhamento de despesas (*)	Parte relacionada	2	-	-	-
INVEPAR	Juros sobre capital próprio	Controladora	-	6.465	-	-
ODEBRECHT	Juros sobre capital próprio	Acionista	-	601	-	-
ODEBRECHT	AFAC	Acionista	-	-	1.459	-
INVEPAR	AFAC	Controladora	-	-	15.711	-
	Total		<u>2</u>	<u>9.459</u>	<u>17.170</u>	<u>(7.213)</u>

			31 de dezembro de 2017			
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Patrimônio Líquido	Resultado
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (*)	Controladora	-	424	-	(2.720)
CART	Compartilhamento de despesas (*)	Parte relacionada	2	-	-	-
INVEPAR	Juros sobre capital próprio	Controladora	-	5.235	-	-
ODEBRECHT	Juros sobre capital próprio	Acionista	-	487	-	-
ODEBRECHT	AFAC	Acionista	-	-	1.459	-
INVEPAR	AFAC	Controladora	-	-	15.711	-
	Total		2	6.146	17.170	(2.720)

(*) Serviços compartilhados: referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado. Os rateios, geralmente, são liquidados no prazo de 1 mês, por isso não sofrem a correção de juros.

A Companhia não possui qualquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores ou instituições com os quais mantém relação comercial.

Remuneração dos Administradores

Em 27 de abril de 2018, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária, o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$1.861.

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, gratificações, previdência privada, assistência médica, totalizaram R\$1.596 durante o exercício de 2018 (R\$2.938 em 31 de dezembro de 2017), conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Pró-labore	565	479
Bônus variáveis	648	1.141
Encargos	242	324
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	45	841
Outros benefícios	96	153
Total	1.596	2.938

7. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação %	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2018
Custo						
Máquinas e equipamentos	10	1.180	280	-	142	1.602
Móveis e utensílios	10	771	49	-	-	820
Veículos	20	1.613	61	(39)	-	1.635
Equipamentos de informática	20	1.486	193	(1)	32	1.710
Imobilizado em andamento		-	882	-	(43)	839
Outros	25	15	4	(4)	-	15
Total		5.065	1.469	(44)	131	6.621
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos		(1.007)	(47)	-	-	(1.054)
Móveis e utensílios		(481)	(55)	-	-	(536)
Veículos		(1.008)	(230)	29	-	(1.209)
Equipamentos de informática		(1.179)	(150)	-	-	(1.329)
Outros		(15)	(2)	2	-	(15)
Total		(3.690)	(484)	31	-	(4.143)
Imobilizado líquido		1.375	985	(13)	131	2.478
Custo						
	Taxas anuais de depreciação %	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2017
Máquinas e equipamentos	10	1.071	109	-	-	1.180
Móveis e utensílios	10	743	30	(2)	-	771
Veículos	20	1.528	89	(4)	-	1.613
Equipamentos de informática	20	1.388	107	(5)	(4)	1.486
Outros	25	15	-	-	-	15
Total		4.745	335	(11)	(4)	5.065
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos		(982)	(25)	-	-	(1.007)
Móveis e utensílios		(437)	(54)	2	8	(481)
Veículos		(765)	(244)	1	-	(1.008)
Equipamentos de informática		(1.040)	(139)	-	-	(1.179)
Outros		(7)	-	-	(8)	(15)
Total		(3.231)	(462)	3	-	(3.690)
Imobilizado líquido		1.514	(127)	(8)	(4)	1.375

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de perda para redução do valor do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2018.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia.

8. INTANGÍVEL

	<u>Taxas anuais de amortização %</u>	<u>Saldos em 31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldos em 31/12/2018</u>
Custo					
Software	20	1.105	72	11	1.188
Direito de concessão de serviços públicos	(*)	141.802	-	152	141.955
Intangível em andamento		7	2.870	(294)	2.583
Total		142.914	2.942	(131)	145.726
Amortização					
Software		(870)	(142)	-	(1.012)
Direito de concessão de serviços públicos		(32.646)	(3.523)	-	(36.169)
Total		(33.516)	(3.665)	-	(37.181)
Intangível líquido		109.398	(723)	(131)	108.545

	<u>Taxas anuais de amortização %</u>	<u>Saldos em 31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldos em 31/12/2017</u>
Custo						
Software	20	1.056	22	-	27	1.105
Direito de concessão de serviços públicos	(*)	139.850	39	(2)	1.915	141.802
Intangível em andamento		61	1.884	-	(1.938)	7
Total		140.967	1.945	(2)	4	142.914
Amortização						
Software		(699)	(171)	-	-	(870)
Direito de concessão de serviços públicos		(29.176)	(3.470)	-	-	(32.646)
Total		(29.875)	(3.641)	-	-	(33.516)
Intangível líquido		111.092	(1.696)	(2)	4	109.398

(*) A amortização do direito de concessão é linear de acordo com o prazo restante para o final da concessão (20 de março de 2050), conforme contrato de utilização de bem público firmado entre a Companhia e o Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia (DERBA) e Aditivos de Reequilíbrio firmados em 27 de abril de 2005 e 14 de maio de 2015 (ver nota explicativa nº 1).

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de perda para redução do valor do ativo intangível em 31 de dezembro de 2018.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição financeira	Moeda	Encargos anuais	Vencimento	31/12/2018	31/12/2017
BNB - FNE – Proinfra II	Reais	4,12%	dez/24	28.421	32.573
				28.421	32.573
(-) Custos de captação				(166)	(223)
(-) Aplicação financeira vinculada (a)				(2.322)	(2.183)
				<u>25.933</u>	<u>30.167</u>
Circulante				4.707	4.541
Não circulante				21.226	25.626

	31/12/2017	Amortização		Juros incorridos	Transferência	Custo de captação	31/12/2018
		Principal	Juros*				
Passivo Circulante							
BNB - FNE - Proinfra I e II	4.598	(4.142)	(1.178)	1.168	4.310	-	4.756
Custos de captação	(57)	-	-	-	(49)	57	(49)
	<u>4.541</u>	<u>(4.142)</u>	<u>(1.178)</u>	<u>1.168</u>	<u>4.261</u>	<u>57</u>	<u>4.707</u>
Passivo Não Circulante							
BNB - FNE - Proinfra I e II	27.975	-	-	-	(4.310)	-	23.665
Custos de captação	(166)	-	-	-	49	-	(117)
	<u>27.809</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.261)</u>	<u>-</u>	<u>23.548</u>
Total de empréstimos e financiamentos	<u>32.350</u>	<u>(4.142)</u>	<u>(1.178)</u>	<u>1.168</u>	<u>-</u>	<u>57</u>	<u>28.255</u>
Aplicações financeiras vinculadas	(2.183)						(2.322)
Total de empréstimos e financiamentos líquidos	<u>30.167</u>						<u>25.933</u>

	31/12/2016	Amortização		Juros	Transferência	Custo de	31/12/2017
		Principal	Juros*	incorridos		captação	
Passivo Circulante							
BNB - FNE - Proinfra I e II	7.438	(6.770)	(1.565)	1.288	4.207	-	4.598
Custos de captação	(203)	-	-	-	-	146	(57)
	<u>7.235</u>	<u>(6.770)</u>	<u>(1.565)</u>	<u>1.288</u>	<u>4.207</u>	<u>146</u>	<u>4.541</u>
Passivo Não Circulante							
BNB - FNE - Proinfra I e II	32.182	-	-	-	(4.207)	-	27.975
Custos de captação	(242)	-	-	-	-	76	(166)
	<u>31.940</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.207)</u>	<u>76</u>	<u>27.809</u>
Total de empréstimos e financiamentos	<u>39.175</u>	<u>(6.770)</u>	<u>(1.565)</u>	<u>1.288</u>	<u>-</u>	<u>222</u>	<u>32.350</u>
Aplicações financeiras vinculadas	(1.987)						(2.183)
Total de empréstimos e financiamentos líquidos	<u>37.188</u>						<u>30.167</u>

(a) Os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Segue abaixo a composição dos financiamentos de longo prazo por ano de vencimento:

Ano

2020	4.409
2021	4.549
2022 em diante	14.590
Total	<u>23.548</u>

Os recursos captados junto ao Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”) são oriundos do Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste - FNE-PROINFRA, estão sendo amortizados em parcelas mensais desde dezembro de 2007, incidindo juros de 9,5% a.a. com bônus de adimplência de 15%, liquidados em novembro de 2017. Em 2014, foi captado o montante de R\$35.611 junto ao BNB - FNE - PROINFRA II com vencimento em 30 de dezembro de 2024. Sobre o seu principal incidem juros de 4,12% a.a. com bônus de adimplência de 15% que durante o período de carência fixado em 36 meses são pagos trimestralmente, no dia 30 de cada mês. Após este período serão pagos juros mensalmente junto com as parcelas de principal.

Aplicações financeiras vinculadas

Em decorrência da Companhia dispor de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido os ativos e passivos financeiros e da administração da Companhia ter a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, a Companhia reclassificou as aplicações financeiras vinculadas a dívida no montante de R\$2.322, conforme segue:

	Taxa do CDI	Indexador	Vencimento	31/12/2018	31/12/2017
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	96% a 99%	DI	dez/24	2.322	2.183

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB do Banco do Nordeste do Brasil. Tais aplicações são remuneradas entre 96% e 99% do índice dos Certificados de Depósito Interbancário - CDI e mantidas até o vencimento pela Companhia e por estarem diretamente vinculadas ao fundo de liquidez exigido por essa instituição para concessão do financiamento, tendo prazos de resgate simultaneamente aos de sua liquidação.

Garantias

O 1º e 2º financiamento do Banco do Nordeste do Brasil é garantido pelo penhor de ações ordinárias e fiança da controladora INVEPAR, bem como a vinculação de recebíveis da receita total diária da arrecadação de pedágio, cessão de indenização em caso de perda de arrecadação e fundo de liquidez equivalente a aproximadamente 10% do saldo devedor para o 1º financiamento e R\$1.634 equivalente a 03 (três) parcelas de maior valor, para o 2º financiamento.

Os financiamentos vigentes não possuem cláusulas financeiras restritivas (“covenants”).

10. OBRIGAÇÃO COM ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

	31/12/2018	31/12/2017
Férias e encargos trabalhistas	1.141	960
Participação nos lucros a pagar	1.002	1.023
	<u>2.143</u>	<u>1.983</u>

11. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista, cível e tributário. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

a) Composição do risco

Natureza do risco	31/12/2018		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	704	1.506	2.210
Cíveis	284	12.102	12.386
Tributários	-	972	972
Total	<u>988</u>	<u>14.580</u>	<u>15.568</u>

Natureza do risco	31/12/2017		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	293	242	535
Cíveis	808	9.553	10.361
Tributários	-	972	972
Total	1.101	10.767	11.868

b) Movimentação dos riscos prováveis

Natureza dos riscos	31/12/2017	Constituições	Reversões/pagamentos	31/12/2018
Trabalhistas (a)	293	577	(166)	704
Cíveis (b)	808	456	(980)	284
	<u>1101</u>	<u>1.033</u>	<u>(1.146)</u>	<u>988</u>

Natureza dos riscos	31/12/2016	Constituições	Reversões/pagamentos	31/12/2017
Trabalhistas (a)	133	160	-	293
Cíveis (b)	608	355	(155)	808
	<u>741</u>	<u>515</u>	<u>(155)</u>	<u>1.101</u>

a) Riscos trabalhistas

São parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

b) Riscos cíveis

São parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário.

Além dos processos acima, a Companhia vem discutindo judicialmente processo referente a vias “alternativas” (rotas de fuga) municipais, conforme descrito abaixo:

Rota de Fuga Vargem Grande

Em 3 de outubro de 2005, a Prefeitura Municipal de Camaçari moveu contra a Companhia, medida cautelar pleiteando a manutenção das vias de acesso “alternativas” (rotas de fuga) municipais, bem como liminar suspendendo as ações de bloqueio dessas vias pela Companhia. A Companhia apresentou recurso e obteve, em 7 de março de 2006, a revogação da referida liminar, considerando que a perda de receitas proveniente da evasão de pedágio afeta o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Em agosto de 2006, a 1ª Vara Cível de Camaçari julgou em primeira instância procedente a ação, determinando a abertura das vias de acesso “alternativas”. A Companhia interpôs Agravo de Instrumento no Tribunal de Justiça da Bahia

que foi julgado improcedente e, posteriormente, Embargos de Declaração os quais foram negados provimento pela 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Bahia. Em 27 de junho de 2008, a Companhia protocolou no TJ-BA, Recurso Especial e Extraordinário para apreciação da admissibilidade. O Recurso Especial foi admitido pelo STJ e julgado improcedente em novembro de 2013, desta decisão a CLN apresentou Embargos de Declaração que foram julgados procedentes à unanimidade em maio de 2014. Tal decisão foi mantida pelo STF em dezembro de 2014. Com isso todos os julgamentos desfavoráveis à Companhia foram anulados para a realização de perícia, e posteriormente será proferida sentença na primeira instância.

Rota de Fuga Las Palmas

No ano de 2008, a Companhia moveu uma Ação Civil Coletiva contra o Estado da Bahia, AGERBA e Prefeitura Municipal de Camaçari objetivando o reconhecimento da via Las Palmas como uma rota de fuga e, conseqüentemente, o seu fechamento. No próprio ano de 2008, a Companhia obteve uma decisão liminar autorizando o fechamento da rota de fuga, decisão esta que foi suspensa pela presidência do TJ/BA quando do julgamento da Suspensão de Liminar proposta pelo Estado da Bahia. Cumpre salientar que além da dita suspensão o Estado da Bahia e a AGERBA interpuseram recurso de Agravo de Instrumento para a 2ª Câmara do TJ/BA, que foram julgados improcedentes à unanimidade pela turma julgadora. Com esta decisão, a Companhia requereu o cumprimento da decisão dos agravos sob a tese de que por ser posterior a decisão da Suspensão de Liminar, prevaleceria sobre esta, o que foi acatada inicialmente, pelo MM. Juízo da 5ª Vara de Fazenda Pública que posteriormente voltou atrás em julgamento de Embargos de Declaração opostos pelo Município de Camaçari. Desta decisão, a CLN interpôs Agravo de Instrumento obtendo decisão monocrática favorável e conseqüentemente fechando a Rota de Fuga. No entanto, em dezembro de 2013, a Turma julgou o Agravo de Instrumento interposto improcedente, o que ensejou que a Companhia apresentasse Recurso Especial que se encontra pendente de julgamento.

A ação principal que julga o mérito encontra-se também pendente de julgamento, todavia, em 06 de março de 2014, o Estado da Bahia, através da Procuradoria Geral do Estado – (“PGE”) reconheceu no processo que Las Palmas é uma rota de fuga, pedindo ainda que o Juiz considerasse esse posicionamento quando da prolação de sentença.

A Administração entende, com base na opinião de seus assessores legais, que o bloqueio das rotas de fuga está amparado pelo Contrato de Concessão celebrado com o Governo do Estado da Bahia e que não é pertinente a fundamentação apresentada pela Prefeitura Municipal de Camaçari de disponibilização de vias alternativas, uma vez que esta não possui autorização formal do poder concedente para manutenção de vias de acesso municipais à rodovia BA-099 (rodovia estadual). Paralelamente, a Companhia anexou ao processo em questão à certidão expedida pelo Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia – (“DERBA”), em 20 de março de 2001, que menciona as vias de acesso alternativo à rodovia BA-099, a qual não considera as vias de acesso municipal.

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantém depósitos judiciais distribuídos conforme quadro abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Trabalhistas	1.919	50
Tributários	308	997
Cíveis	8	8
	<u>2.235</u>	<u>1.055</u>

12. OUTROS PASSIVOS NÃO CIRCULANTES

	31/12/2018	31/12/2017
Contas a pagar - Ambientais (*)	1.042	-
Outros	222	224
	<u>1.264</u>	<u>224</u>

(*) A Companhia firmou com o Ministério Público do Estado da Bahia (“MPE”) e com o Ministério Público Federal (“MPF”), em 01 de março de 2016 e 13 de novembro de 2017, respectivamente, Termos de Ajustamento de Conduta (“TAC”) com obrigações de restauração e monitoração de danos ambientais. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia, em sua melhor estimativa, reconhece R\$ 1.042 a título de obrigação presente para cumprimento das condicionantes firmadas nos respectivos termos. Os projetos que atenderão os cumprimentos das condicionantes foram apresentados ao Ministério Público Federal (“MPF”) e ao Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (“INEMA”) para homologação e posterior execução.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$32.478 (R\$32.171 em 31 de dezembro de 2017) e está representado por 31.393.516 ações sem valor nominal, sendo 10.467.476 ordinárias e 20.926.040 preferenciais classe A, que para efeito de subscrição têm valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. O capital social autorizado é de 32.000.000 de ações.

Em 26 de julho de 2018, através da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi aprovado aumento de capital, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de reserva de lucro, no valor de R\$307.

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações. As ações preferenciais classe A, que não têm direito a voto e não são conversíveis em ordinárias, fazem jus às seguintes vantagens:

- I. Participação em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento do dividendo apurado de acordo com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.
- II. Direito a dividendo mínimo de R\$0,01 (um centavo de real) por lote de mil ações.
- III. Participação em igualdade de condições com as ações ordinárias nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas de qualquer natureza.

IV. Direito integral a todas as bonificações e desdobramentos que venham a ser deliberados a partir da data da respectiva subscrição, sempre em ações da mesma classe das bonificadas ou desdobradas.

V. Prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da Companhia sem prêmio.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 está assim constituída:

<u>Acionistas</u>	<u>Ações</u>		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
INVEPAR	10.463.020	18.257.592	28.720.612
Odebrecht Transport S.A. - OTP	-	2.668.448	2.668.448
Oi S.A.	<u>4.456</u>	-	<u>4.456</u>
Total	<u>10.467.476</u>	<u>20.926.040</u>	<u>31.393.516</u>

b) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

<u>Acionistas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
INVEPAR	15.711	15.711
Construtora Norberto Odebrecht S.A. – CNO (*)	<u>1.459</u>	<u>1.459</u>
	<u>17.170</u>	<u>17.170</u>

(*) Antigo acionista da CLN, detentor do direito sobre o AFAC.

O adiantamento para futuro aumento de capital foi originado de contratos de mútuo celebrados com as investidoras, os quais foram convertidos a valor histórico em AFAC depois de autorizado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Conforme a cláusula 2ª do instrumento de conversão, o valor convertido para AFAC não poderá ser devolvido ou creditado para quitação, no seu valor parcial ou total.

c) Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da lei das sociedades por ações. O valor dos juros pagos pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor destes dividendos.

Em 31 de dezembro 2018, a Companhia provisionou antecipadamente o montante de R\$4.000 referente a juros sobre capital próprio, com base no resultado acumulado até 30 de outubro de 2018. Desse montante, a Companhia pagou R\$1.881.

O JSCP antecipado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 superou o montante de dividendos mínimos obrigatórios, dispensando a Companhia da obrigatoriedade de destinação do mesmo, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido do exercício	14.024
Reserva legal - 5%	(701)
Reserva de incentivos fiscais	<u>(2.840)</u>
Lucro antes da destinação	10.483
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	<u>2.620</u>
JSCP a distribuir	3.400
IR s/ JSCP a distribuir	600
Dividendos adicionais propostos	6.483

d) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída com destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros, e ao aumento do capital social a qualquer momento a critério da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018 essa reserva montava a R\$3.073 (R\$2.372 em 31 de dezembro de 2017).

(ii) Reserva especial

Com base no § 5 do art. 202 da Lei das sociedades por ações, a Companhia destinou o montante de R\$ 6.626 a título de reserva especial em 31 de dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a reserva especial totalizava R\$23.470.

e) Outras reservas

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía ainda reserva de lucro de incentivos fiscais referente a lucro de exploração no montante de R\$9.792 (31 de dezembro de 2017 o montante de R\$7.259).

14. RECEITA, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados findos 31 de dezembro de 2018 e de 2017 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

<u>Receitas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita de pedágio	58.376	55.431
Outras receitas acessórias	3.023	1.326
Impostos, deduções e cancelamentos	<u>(5.295)</u>	<u>(4.974)</u>
Receita líquida de serviços	56.104	51.783
Receita de construção	<u>-</u>	<u>1.576</u>
Receita Total	<u><u>56.104</u></u>	<u><u>53.359</u></u>

Custos e Despesas por natureza	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal e encargos	(13.213)	(15.179)
Conservação e manutenção	(6.874)	(5.810)
Comunicação, marketing e publicidade	(590)	(381)
Seguros e garantias	(526)	(397)
Serviços de terceiros	(2.057)	(2.730)
Veículos	(553)	(569)
Consultoria e assessoria	(339)	(880)
Aluguéis e impostos	(665)	(201)
Energia elétrica	(347)	(278)
Perda no recebimento de créditos	(86)	(220)
Provisão para riscos	114	(341)
Serviços compartilhados	(7.213)	(2.720)
Depreciação e amortização	(4.147)	(4.102)
Custo de construção	-	(1.561)
Outros	(4.180)	(1.973)
	<u>(40.676)</u>	<u>(37.342)</u>
Custo de serviços prestados	(25.771)	(23.199)
Custo de construção	-	(1.561)
Despesas gerais e administrativas	(15.745)	(12.582)
Outras receitas e despesas operacionais	840	-
	<u>(40.676)</u>	<u>(37.342)</u>

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se basicamente a receita de construção e o custo de construção, proveniente da aplicação do ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), serão tributados no momento da realização do intangível.

15. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	1.123	1.004
Variação monetária ativa	384	62
Total	<u>1.507</u>	<u>1.066</u>
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(335)	(235)
Juros passivos sobre empréstimos	(1.228)	(1.288)
Total	<u>(1.563)</u>	<u>(1.523)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(56)</u>	<u>(457)</u>

16. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	4.676	9.348	14.024	4.699	9.399	14.098
Denominador básico e diluído						
Média ponderada de ações (milhares)	10.467	20.927	31.394	10.467	20.927	31.394
Resultado básico e diluído por ação – em Reais						
	0,447	0,447	0,447	0,449	0,449	0,449

17. SEGUROS

A Companhia mantém seguro garantia e seguro contra danos materiais, perda de receita, responsabilidade civil e seguro auto frota, conforme demonstrado abaixo:

<u>Modalidade</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Vigência</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Objeto</u>
Seguro garantia	6.426	23/02/18 a 23/02/19 (*)	Pottencial Seguradora	(a)
Responsabilidade civil geral	100.000	01/08/18 a 01/08/19	Tokio Marine	(b)
Resp. Civil Administradores D&O	100.000	20/03/18 a 04/05/19	XL Seguros Brasil	(c)
Riscos operacionais	280.000	01/08/18 a 01/08/19	Tokio Marine	(d)
Auto frota	Tabela Fipe	20/10/18 a 20/10/19	Itaú	-

(*) Renovado em 23/02/2019 com vigência até 23/02/2020.

a. Garantir a execução das obrigações firma das assumidas pela Companhia no Contrato de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público nº 002/00, firmado em 21 de fevereiro de 2000.

b. Garantir, até o limite máximo da importância segurada, o pagamento de indenizações ao segurado das quantias pelas quais ele vier a ser responsabilizado civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado de modo expresse pela seguradora, relativas a reparações por danos corporais, danos materiais e prejuízos causados a terceiros.

c. Garantir, até o limite máximo da importância segurada, para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores (D&O), nos casos de danos a reputação, custos de investigação, bloqueio de conta corrente, avalistas e fiadores, práticas trabalhistas indevidas, danos morais, danos corporais e materiais, erros e omissões, responsabilidade por tributos, o pagamento de indenizações ao segurado das quantias pelas quais ele vier a ser responsabilizado civilmente.

d. Garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cobertura contratada e expressamente identificada na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nessas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observados os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E CONCENTRAÇÃO DE RISCO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2018 e de 2017 correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras vinculadas e empréstimos e financiamentos e fornecedores.

	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Instrumentos financeiros				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	20.664	-	13.016	-
Aplicações financeiras vinculadas (*)	2.322	-	2.183	-
Créditos a receber	-	3.158	-	2.147
Total do ativo	<u>22.986</u>	<u>3.158</u>	<u>15.199</u>	<u>2.147</u>
Passivos				
Fornecedores	-	4.985	-	2.410
Partes relacionadas	-	2.393	-	424
Empréstimos e financiamentos	-	28.255	-	32.350
Total do passivo	<u>-</u>	<u>35.633</u>	<u>-</u>	<u>35.184</u>

(*) Apresentada no passivo para refletir a intenção da Companhia em liquidar os seus passivos financeiros.

A operação da Companhia está sujeita aos fatores de riscos abaixo descritos:

Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de tributos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

a. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado.

b. Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

c. Empréstimos e financiamentos

O valor de mercado não foi determinado pelas seguintes razões: (i) não são objeto de transação em nenhum mercado; e (ii) eventuais antecipações de pagamentos (pré-pagamentos) só podem ser feitas mediante aprovação do credor e pelo saldo devedor atualizado pela taxa e indicadores especificados nos contratos.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI, SELIC e IPCA. Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento nas obrigações contratadas com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita, principalmente, à variação das taxas pré-fixadas em reais.

b) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

c) Operação de derivativos

A Companhia adota uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente se houver necessidade de proteção de passivos, seja de natureza operacional ou financeira, ou ainda, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com essa finalidade, sendo vedada a alavancagem através de tais operações. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia não possuía operações com hedge ou derivativos.

d) Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes à certificado de depósitos bancários – CDB, aplicações financeiras, aplicações financeiras

vinculadas e empréstimos e financiamentos, nos valores de R\$ 19.064 (Nota Explicativa nº 3), R\$ 3.232 (Nota Explicativa nº 3), R\$2.322 (Nota Explicativa nº 9) e R\$28.255 (Nota Explicativa nº 9), respectivamente em 31 de dezembro de 2018.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham um efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis de mercado.

e) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros das debêntures, operações financeiras e empréstimos.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos* financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, aquilo que a Companhia espera que se concretize; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia.

Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

* A Administração não considera que as operações de passivo financeiro possuam expectativa variável relevante de risco para apresentação.

As taxas consideradas foram:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário I provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
DI ativo (% ao ano)	7,16%	5,37%	3,58%
SELIC (% ao ano)	7,16%	5,37%	3,58%
IPCA (% ao ano)	4,10%	3,07%	2,05%

Fonte: CETIP, BACEN e IPEADATA

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
<u>Ativo financeiro</u>					
Equivalente de caixa					
Certificados de Depósito Bancário - CDB	DI	15.832	1.133	850	567
Aplicações Financeiras					
Fundo BB Fortuna	DI	2.912	208	156	104
Fundo Mover					
Certificados de Depósito Bancário - CDB	DI	35	3	2	1
Letras financeiras do tesouro – LFT	SELIC	263	19	14	9
Títulos públicos federais – NTN B	IPCA	22	1	1	-
<u>Ativo financeiro não circulante</u>					
Aplicações Financeiras Vinculadas					
Certificados de Depósito Bancário - CDB	DI	2.322	166	125	83

f) Gestão do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Empréstimos e financiamentos	28.255	32.350
Caixa e equivalentes de caixa	(20.664)	(13.016)
Aplicações Financeiras Vinculadas (*)	<u>(2.322)</u>	<u>(2.183)</u>
Dívida líquida	5.269	17.151
Patrimônio líquido	<u>92.466</u>	<u>82.442</u>
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u><u>97.735</u></u>	<u><u>99.593</u></u>

(*) Registrado no passivo não circulante para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros (vide Nota explicativa nº 9).

19. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia possui no período a transação não caixa abaixo que foi excluída do fluxo de caixa. Esta transação é referente a provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores)	790	100

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 13 março de 2019, foi encerrada a participação da Controladora na Operação Greenfield. A decisão foi proferida pela 10.^a Vara Federal de Brasília, após procedimentos de auditorias realizadas pela Controladora e com a concordância do Ministério Público Federal, revogando as medidas cautelares que haviam sido impostas.